

Transcrição Just Talk #32 – Semana da Mulher

Ana Luiza e Tais: Olá! Começa agora mais um Just Talk, o podcast do TJES. Na semana em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, eu Ana Luiza Villaschi, e eu, Tais Valle, convidamos três mulheres do Poder Judiciário que lideram grandes projetos sociais, cada uma na sua área de atuação, lutando para garantir os direitos da população, sempre em busca da equidade entre homens e mulheres.

Tais: Nossa primeira convidada é a coordenadora das Varas criminais e de Execuções penais, juíza Gisele Souza de Oliveira. Seja bem vinda, doutora.

A senhora já atua na área criminal há 20 anos e esteve à frente da implantação de importantes projetos voltados para garantir a cidadania e os direitos humanos nos presídios do Estado. Conta pra gente um pouquinho sobre a realidade das mulheres que passam pelo sistema carcerário, quais os principais desafios enfrentados e os reflexos dessas iniciativas adotadas pelo Poder Judiciário estadual.

Gisele Souza: Olá Tais. Muito obrigada pela oportunidade e de participar desse Podcast. Eu penso que o cárcere revela a faceta mais cruel da sociedade em relação às mulheres. O encarceramento feminino amplia e expõe de uma maneira muito clara e evidente os fenômenos que nós mulheres já conhecemos: preconceito, exclusão social, violência, opressão, desigualdade, entre outros. E chama muito atenção o aumento exponencial da população carcerária em todo o mundo, mas no Brasil atingiu índices inimagináveis.

Só para a gente ter uma ideia, o número de mulheres encarceradas no país aumentou mais de 600% desde o ano 2000. E quando a gente parte para analisar o perfil dessas mulheres que ingressam no sistema prisional, a gente conclui que os mecanismos de exclusão social e de opressão se repetem.

Analisando a faixa etária, 47% dessas mulheres têm entre 18 e 29 anos, ou seja, são jovens. 63% delas são negras. E aproximadamente 44% não chegaram sequer a completar o ensino fundamental. Interessante também dizer que muitas são mães, às vezes de mais de um filho.

Elas entram no sistema prisional basicamente pela prática de tráfico de drogas, e essa incidência está diretamente ligada à violência dos companheiros, dos pais, dos irmãos, ou seja, a presença de um homem violento e opressor que acaba compelindo essa mulher a trabalhar e atuar no tráfico para atender a um interesse dele. Então a mulher é duplamente vítima, porque este homem, após o ingresso no sistema prisional, geralmente a abandona à própria sorte sem nem sequer se preocupar com a assistência jurídica dela. Então esse

aspecto do abandono da mulher é um aspecto que diferencia o encarceramento feminino do masculino. Isso amplia muito a vulnerabilidade da mulher.

Então estamos tratando de um segmento de mulheres que já estão excluídas socialmente, que tem poucas oportunidades, sofrem violência, muitas vezes por causa dessa opressão praticada por homens acabam ingressando no sistema prisional e lá são abandonadas.

O que eu posso dizer sobre a minha atuação nesses projetos? Realmente eu tive oportunidade e a honra de atuar em projetos e programas humanizadores para as mulheres no cárcere, tais como Cidadania nos Presídios, Justiça Presente e agora Fazendo Justiça, além da própria Audiência de Custódia, que muitas vezes impedem as mulheres de entrar no sistema prisional sem necessidade.

Essa minha atuação confere sentido à minha carreira, porque o meu objetivo não pode ser apenas julgar processos, nem produzir números. Mas, acima de tudo, impactar positivamente a vida de tantas mulheres durante esses anos de labuta no sistema de justiça criminal. Vejo como uma forma de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária especialmente para nós mulheres.

Ana Luiza: Ainda na área penal, vamos conversar com a coordenadora estadual de enfrentamento de violência doméstica e familiar, a juíza Hermínia Azoury.

A senhora já há tantos anos atuando na área, viu nascer projetos e ações importantes de proteção, orientação e acolhimento a mulheres vítimas de violência, como o Botão do Pânico, Ônibus da Lei Maria da Penha e Mulher Superando o Medo. Recentemente foi designada para fazer parte do comitê gestor do Banco Nacional de Medidas Protetivas, conta pra gente sobre os tipos de violência contra mulher que existem e onde está a raiz desse problema e qual é a importância de projetos como esses?

Hermínia Azoury: Nós sabemos que a sociedade é um grupo multifacetado com diferentes classes, gêneros, raças, territórios e idades. Mas também sabemos que nenhuma lei penal por si só é capaz de romper com o legado patriarcal que legitima a estruturante desigualdade de gênero, resultando na violência doméstica contra mulher. Nós viemos a cada dia buscando mecanismos para transformar essa realidade e fomos à busca das políticas públicas, mas é muito importante que para que elas possam funcionar de forma eficaz, tem que ser sob a égide da intersexualidade.

Por conseguinte a intersexualidade é um lugar de identidade que está interceptado por mais de um marcador social, porque quando lidamos com situações adversas, sabemos que os marcadores são diferentes. A violência é como um iceberg, às vezes só quando chega lá no

topo do iceberg que você ouve dizer em feminicídio, mas o que antecedeu esse feminicídio foi uma agressão física, estupro, ameaça, abuso psicológico, humilhação, chantagem, culpabilização emocional, publicidade com humor machista.

Esse machismo que já sabemos que é histórico e patriarcal, e às vezes a mulher não identifica quando está sofrendo uma violência. Quando chamamos essas mulheres de “as invisíveis”, estamos trabalhando para que elas tornem-se visíveis para a sociedade, para o judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para OAB e todos os órgãos de proteção, para toda a rede de proteção.

Na verdade, o feminicídio e outras formas mais graves de violência contra mulher não costumam ocorrer de forma súbita, costumam ser precedidas de outras violências mais aceitas socialmente, e é isso que me traz certa preocupação.

Controle de roupas, piadas sexistas, empurrões, ameaças, chantagens, enfim, esse bojo de coisas que de certa forma vem banalizar a violência doméstica e familiar, deixando sequelas dentro da família e na criança, que são os verdadeiros vulneráveis.

A vulnerabilidade é vista, só não vê quem não quer ou quem não tem compromisso de acabar com essa mazela terrível que é a violência doméstica e familiar.

Eu de certa forma vejo a indicação do Ministro Fux, que indicou cinco regiões do Brasil, cada uma representando para trabalhar no banco de dados de medidas protetivas de urgência, e é óbvio que nós vamos contar com ajuda não só do Tribunal de Justiça, mas também dos parceiros, para que a gente possa fazer um trabalho eficaz e que possa enaltecer não a nossa pessoa, enquanto juiz de direito, mas os vulneráveis, são eles que precisam de nós.

Tais: Agora a gente conversa com a Juíza Patrícia Neves, coordenadora das Varas da Infância e Juventude do Estado, que já atua há mais de 30 anos garantindo direitos de crianças e adolescentes.

Doutora, nos últimos anos a senhora passou a fazer um trabalho de prevenção de conflitos nas escolas, nas comunidades por meio do programa **Reconstruir o Viver**. Conta pra gente como ele funciona e de que forma pode contribuir para uma sociedade mais gentil, respeitosa e com menos desigualdade entre homens e mulheres?

Patrícia Neves: Depois de tantos anos de prática na área da infância e juventude, e os juízes normalmente são antigos nessa área, a gente precisou desenvolver um programa que hoje é estadual, o Reconstruir o Viver, para que nós pudéssemos levar ferramentas de pacificação social, não apenas para os processos judiciais, mas para o seio da sociedade.

Porque hoje já não temos mais discussão a respeito da formação do ser humano. O marco legal da infância exige prioridade absoluta às crianças de 0 a 06 anos de idade. É o começo da formação do cérebro, das memórias, dos valores e do que ele vai carregar para a vida toda. É nessa faixa que precisamos investir para que as pessoas tenham um desenvolvimento físico cognitivo, emocional e espiritual saudáveis.

E não é simplesmente trabalhando com as crianças. O projeto foi crescendo porque a necessidade é capacitar constantemente os profissionais que trabalham com as crianças, em diversas áreas de atuação. Que a gente possa trabalhar com as famílias dessas crianças, com toda a rede de proteção, com o sistema de segurança, saúde, assistência, educação.

Não há caminho se a gente não fizer uma mudança de cultura de paz. Não há como o estado investir apenas em forças policiais, pois simplesmente estamos tentando lidar com as consequências.

Então o trabalho preventivo é muito importante. Se eu quero mudar uma sociedade, eu preciso mudar a forma como essa sociedade pensa a vida em coletividade. E não existem instrumentos mais fortes do que esses métodos de solução pacífica de conflitos.

Por óbvio são muitos métodos utilizados no mundo todo.

O Poder Judiciário do ES utiliza a Justiça Restaurativa nas três formas. Agora vamos implantar a conferência vítima-agressor e a mediação penal, e já temos os círculos, sejam de conflito ou de diálogo. Também usamos a comunicação não violenta, o reconhecimento e cura do trauma. São formas de lidar com pessoas envolvidas nesses problemas sociais, de forma que possamos transformar vidas e fazer com elas vivam de uma forma minimamente pacífica.

O objetivo de tudo nesse programa é conferir dignidade à pessoa humana. É fazer com que as pessoas tenham espaço de fala respeitosa, que se sintam seguras, consigam trazer suas dores de forma real. Que haja uma forma melhor de se viver, mais compreensão entre as pessoas.

Acreditamos que com esse trabalho, que podemos chamar de formiguinha, vamos alcançar toda a sociedade. Porque cada pessoa que recebe o mínimo de capacitação nessa área, se torna um agente para promover. Pacificação e uma cultura de paz na sociedade. Então é um grande prazer a gente estar desenvolvendo esse programa.

Ana Luiza: Muito obrigada pela participação de vocês, três juízas competentes, que certamente fazem a diferença na justiça estadual e na vida de muitas mulheres.

Tais: Para saber mais notícias ou sugerir temas para o nosso Podcast é só entrar em contato pelas redes sociais. É @tjesoficial. Até o próximo episódio.

Ana Luiza e Tais: Tchau Tchau!